



# Conglomerado Financeiro Citibank Brasil

CNPJ nº 33.479.023/0001-80

www.citi.com.br

## Relatório da Administração

**Apresentação:** A Diretoria do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil (Conglomerado), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresenta aos administradores as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021, bem como o Relatório do Comitê de Auditoria e o Relatório dos Auditores Independentes.

**Desempenho:** O Conglomerado Financeiro Citibank Brasil apresentou um lucro líquido de R\$ 1.688.718 (2020 - R\$ 1.238.511), o que representa uma rentabilidade anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio de 16,00% (2020 - 12,27%). Em 31 de dezembro de 2021, o índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de 15,31% (2020 - 17,66%).

**Dividendos:** As ações resultantes de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. No período findo em 31 de dezembro de 2021 o Conglomerado distribuiu juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 705.374 (2020 - R\$ 390.149) e distribuiu dividendos no valor de R\$ 2.550.000 (2020 - R\$ 39.926). A resolução do Banco Central nº 4.885 de 23 de dezembro de 2020, que alterou a Resolução nº 4.820 de 29 de maio de 2020, a qual restringia a distribuição de lucros e a redução do capital social, limitou a distribuição de lucros acumulados do exercício de 2020 em até 30% do lucro líquido. Não houve essa limitação para o exercício de 2021. Durante o exercício de 2020, como uma das medidas de proteção do Sistema Financeiro Nacional em decorrência dos efeitos da pandemia, o Banco Central do Brasil restringiu o volume de

pagamentos de dividendos. Esta restrição associada ao resultado apresentado no exercício fez com que o volume de reserva de lucros do Banco Citibank S.A. excedesse o valor de Capital Social. Para readequar o indicador de "reserva de lucros/capital social" em 2021, foi remetido um valor adicional de lucros de R\$ 2.500.000. Como o Citi Brasil vem adotando uma estratégia de crescimento de ativos, este mesmo montante de R\$ 2.500.000 foi capitalizado no Citibank, NA - Filial Brasileira, de maneira a manter confortáveis os níveis de capital em nível do Conglomerado Prudencial/Financeiro.

**Capital Social:** a Entidade resolveu aumentar o Capital Social de R\$ 1.600.249 para R\$ 4.100.249, sem emissão de novas ações, mediante aporte, em espécie, pelo Citibank N.A. de capital no valor de R\$ 2.500.000 efetuado em 09 de dezembro de 2021. Essa capitalização visou adequar o limite de "reserva de lucros/capital social" da Lei das SAs do Banco Citibank S.A., mantendo o nível de capital do Conglomerado Prudencial, conforme apresentado ao DEORF (Departamento de Organização do Sistema Financeiro do Banco Central do Brasil) e aprovado aumento em 13 de dezembro de 2021.

**Comitê de Auditoria:** O Comitê de Auditoria é formado por até três representantes da diretoria e tem como principais atribuições as seguintes atividades: (i) avaliação e adequação das Demonstrações Financeiras das empresas integrantes do Conglomerado Prudencial Citibank no Brasil, incluindo notas explicativas e relatório da auditoria externa; (ii) avaliação da efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa e o acompanhamento

das recomendações de melhorias nos controles internos efetuadas pelas mesmas e; (iii) avaliação da efetividade dos controles internos, recomendando, sempre que julgado necessário, correções e aprimoramentos de políticas e práticas internas identificadas no âmbito de suas atribuições. O resumo do relatório que contempla as atividades exercidas pelo comitê acompanha as Demonstrações Financeiras do exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2021, as quais foram aprovadas por esse comitê em reunião realizada em 25 de março de 2022.

Em novembro de 2019 ocorreu a incorporação da Citigroup Global Markets Assessoria Ltda. (CGMA) na Citigroup Global Markets Brasil CCTVM S.A. (Corretora), cuja deliberação foi homologada pelo Banco Central do Brasil - Bacen em 20 de abril de 2020. A Corretora teve um aumento de capital de R\$ 136.204. Como consequência da incorporação a CGMA foi extinta. Com a incorporação, a Corretora passou a ter, também, como objetivo a prestação de serviços de assessoria econômico-financeira em geral e em operações de aquisições e reestruturação de empresas e de compra e venda de ativos, bem como a prestação de serviços de consultoria em geral, sendo vedada a prática de operações privativas das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 25 de março de 2022  
A Diretoria

## Demonstrações dos Resultados Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2021

	Nota	2º Semestre		Exercícios	
		2021	2021	2021	2020
<b>Recetas da intermediação financeira</b>		<b>4.240.675</b>	<b>6.303.664</b>	<b>7.308.588</b>	
Operações de crédito	8.g	1.329.314	1.794.328	1.788.940	
Operações de arrendamento mercantil		20.787	38.159	41.107	
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6.c	1.924.159	2.873.736	3.823.052	
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.e	997.173	1.548.083	2.660.361	
Resultado de operações de câmbio	9.b	163.014	(115.709)	(1.052.596)	
Resultado de aplicações compulsórias		132.256	165.067	47.724	
<b>Despesas da intermediação financeira</b>		<b>(2.342.795)</b>	<b>(2.807.318)</b>	<b>(4.268.973)</b>	
Operações de captação no mercado	19.b	(1.331.418)	(1.898.741)	(1.926.601)	
Operações de empréstimos e repasses	20.c	(992.599)	(874.734)	(2.308.954)	
Operações de arrendamento mercantil		(18.778)	(33.643)	(35.408)	
<b>Resultado da intermediação financeira</b>		<b>1.897.880</b>	<b>3.496.346</b>	<b>3.039.615</b>	
<b>Resultado de provisão para perdas associadas ao risco de crédito</b>		<b>8.f</b>	<b>58.214</b>	<b>154.378</b>	<b>(340.416)</b>
<b>Outras receitas/(despesas) operacionais</b>		<b>(495.277)</b>	<b>(1.003.583)</b>	<b>(783.939)</b>	
Receitas de prestação de serviços	27	706.690	1.364.102	1.181.804	
Receitas de tarifas bancárias	27	25.229	58.131	58.692	
Despesas de pessoal	(513.131)	(936.050)	(840.023)		
Outras despesas administrativas	28	(363.595)	(662.310)	(601.342)	
Despesas tributárias	(179.972)	(304.603)	(261.380)		
Resultado de provisão para passivos contingentes	29.a	(98.953)	(232.158)	(348.382)	
Outras receitas operacionais	29.b	120.428	157.887	205.481	
Outras despesas operacionais	29.b	(191.973)	(448.582)	(177.789)	
<b>Resultado operacional</b>		<b>1.460.817</b>	<b>2.647.141</b>	<b>1.915.260</b>	
<b>Resultado não operacional</b>		<b>34.c</b>	<b>19.483</b>	<b>22.236</b>	<b>7.937</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações</b>		<b>1.480.300</b>	<b>2.669.377</b>	<b>1.923.197</b>	
<b>Provisão para imposto de renda e contribuição social</b>		<b>30</b>	<b>(317.417)</b>	<b>(817.739)</b>	<b>(550.725)</b>
Provisão para imposto de renda	(102.802)	(242.567)	(352.383)		
Provisão para contribuição social	(102.976)	(197.533)	(260.102)		
Ativo fiscal diferido	(111.639)	(377.639)	61.760		
<b>Participações no lucro - Empregados</b>		<b>(91.480)</b>	<b>(162.920)</b>	<b>(133.951)</b>	
<b>Lucro líquido</b>		<b>1.071.403</b>	<b>1.688.718</b>	<b>1.238.511</b>	

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

## Demonstrações dos Resultados Abrangentes Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2021

	Nota	2º Semestre		Exercícios	
		2021	2021	2021	2020
<b>Lucro líquido do período</b>		<b>1.071.403</b>	<b>1.688.718</b>	<b>1.238.511</b>	
<b>Outros resultados abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos quando condições específicas forem atendidas:</b>		<b>(264.225)</b>	<b>(601.608)</b>	<b>(15.712)</b>	
Ativos financeiros disponíveis para venda	(264.225)	(601.608)	(15.712)		
Ativos financeiros disponíveis para venda	(480.408)	(1.093.831)	3.037		
Imposto de renda	216.183	492.223	(18.749)		
<b>Outros resultados abrangentes que não serão reclassificados para lucro ou prejuízo:</b>		<b>(44.448)</b>	<b>(35.314)</b>	<b>(1.447)</b>	
Plano de benefícios a empregados	(44.448)	(35.314)	(1.447)		
Plano de benefícios a empregados	(73.764)	(56.782)	(21.923)		
Imposto de renda	29.316	21.468	20.476		
<b>Total do resultado abrangente do período</b>		<b>762.730</b>	<b>1.051.796</b>	<b>1.221.352</b>	

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

## Demonstrações dos Fluxos de Caixa Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2021

	Nota	2º Semestre		Exercícios	
		2021	2021	2021	2020
<b>Atividades operacionais</b>		<b>1.071.403</b>	<b>1.688.718</b>	<b>1.238.511</b>	
<b>Lucro líquido</b>		<b>504.770</b>	<b>854.477</b>	<b>296.347</b>	
<b>Ajustes ao (prejuízo)/lucro líquido</b>		<b>(58.214)</b>	<b>(154.378)</b>	<b>340.416</b>	
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	8.f	58.214	154.378	340.416	
Amortização e depreciação	28	34.410	63.769	62.159	
Provisão para processos judiciais, administrativos e outros		98.952	232.158	349.382	
Resultado em outros investimentos	(123)	(123)	—	—	
Baixa/Alienação do Imobilizado e Intangível	(21.984)	7.354	75.192		
Varição cambial	434.800	391.540	(262.572)		
Outras provisões	(78.466)	(47.243)	(214.961)		
Marcação a mercado transferido para o resultado	(16.245)	(16.245)	75.192		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	111.640	377.639	(53.269)		
<b>Variações em ativos e passivos</b>		<b>5.408.372</b>	<b>3.612.882</b>	<b>4.547.798</b>	
Redução/(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(6.019.651)	(4.412.248)	7.841.284		
(Aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos ativo	(5.371.615)	(9.707.816)	(5.980.318)		
(Aumento)/Redução em relações interfinanceiras/interdependências - ativo	(1.384.095)	(3.064.174)	243.043		
Redução/(Aumento) em operações de crédito	(125.790)	200.140	(5.776.698)		
Redução em operações de arrendamento mercantil (Aumento) em outros ativos financeiros	20.862	30.594	4.822		
Redução/(Aumento) em outros ativos	(1.041.188)	(10.506.248)	(1.491.211)		
Aumento em depósitos	143.060	185.056	(39.290)		
(Redução) em captações no mercado aberto	7.250.658	14.069.526	12.266.840		
(Aumento)/(Redução) em recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	3.405.313	1.978.713	(4.800.471)		
(Aumento)/(Redução) em relações interfinanceiras/interdependências - passivo	2.685.509	3.501.317	(307.464)		
Aumento em instrumentos financeiros derivativos - passivo	5.992	(361.309)	453.546		
(Aumento) em obrigações por empréstimos e repasses	(37.750)	1.164.382	1.619.552		
Aumento em outros passivos financeiros	9.816.460	2.006.703	2.538.062		
(Redução) em passivos fiscais	(4.018.089)	7.184.094	(2.682.110)		
Aumento em outros passivos	28.805	(274.318)	131.058		
Aumento/(Redução) em resultado de exercícios futuros	54.324	1.614.917	895.541		
<b>Caixa líquido originado em atividades operacionais</b>		<b>6.984.545</b>	<b>6.156.077</b>	<b>6.082.656</b>	
<b>Atividades de investimento</b>		<b>—</b>	<b>—</b>	<b>(1.101)</b>	
Aquisições de imobilizado	(39.927)	(131.454)	(116.141)		
Aplicações no intangível	(17.949)	(52.933)	(70.416)		
<b>Caixa líquido (aplicado) em atividades de investimentos</b>		<b>(57.876)</b>	<b>(184.387)</b>	<b>(187.658)</b>	
<b>Atividades de financiamento</b>		<b>(3.255.374)</b>	<b>(3.540.344)</b>	<b>(145.105)</b>	
Juros sobre o capital próprio/dividendos pagos	(3.255.374)	(3.540.344)	(145.105)		
<b>Caixa líquido (aplicado) em atividades de financiamento</b>		<b>(3.255.374)</b>	<b>(3.540.344)</b>	<b>(145.105)</b>	
<b>(Redução) líquida do caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>3.671.295</b>	<b>2.431.346</b>	<b>5.749.893</b>	
<b>Modificações na posição financeira</b>		<b>8.268.812</b>	<b>9.508.761</b>	<b>3.758.868</b>	
Início do período	11.940.107	11.940.107	9.508.761		
Fim do período	<b>3.671.295</b>	<b>2.431.346</b>	<b>5.749.893</b>		

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Monetário Nacional - CMN, considerando-se a classificação das operações de crédito e de outros ativos financeiros em nove níveis de risco que, por sua vez, estão diretamente relacionados ao percentual da provisão a ser constituída, dentre as quais se destacam:

A classificação das operações é amparada na análise periódica do devedor e da operação, levando-se em consideração itens como a situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade, limite de crédito e as características gerais da operação, bem como as garantias envolvidas.

O Conglomerado constitui provisão adicional aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução nº 2.682 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de acordo com os percentuais adotados em metodologia interna.

As baixas de operações de crédito contra prejuízo (*write-offs*) são efetuadas após decorridos 6 meses contados a partir da classificação no *rating* H, desde que apresentem atraso superior a 180 dias. As operações de crédito renegotiadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas. As renegotiações registradas como prejuízo e controladas em contas de compensação são classificadas como de *rating* H. Eventuais ganhos auferidos por ocasião da renegociação são apropriados ao resultado quando efetivamente recebidos. A reclassificação para categoria de menor risco é realizada quando há amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco.

**I. Outros ativos e passivos financeiros**

**I. Operações de câmbio**

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período.

As operações de adiantamentos sobre contratos de câmbio estão demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

**II. Negociação e intermediação de valores**

Os saldos são demonstrados pelos valores das operações de compra ou venda de instrumentos financeiros realizados junto às bolsas de valores e de mercadorias e futuros, por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo previsto pela legislação em vigor.

**II. Outros ativos**

**I. Rendas a receber**

O Grupo Citi é um Conglomerado global com plataformas de negócios presentes em diversos países. Esta abrangência tem por objetivo atender às necessidades dos clientes em diferentes localidades.

As diversas entidades legais do Grupo Citi realizam acordos de prestação de serviços intragrupo de modo a viabilizar as referidas transações ao redor do mundo. Estes contratos intragrupo são remunerados e as receitas oriundas são reconhecidas por regime de competência.

continua

## Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	Nota	2021		2020	
		2021	2020	2021	2020
<b>Ativo</b>					
<b>Disponibilidades</b>	<b>4</b>	<b>1.151.484</b>	<b>1.456.042</b>		
<b>Ativos financeiros</b>		<b>128.724.505</b>	<b>99.057.264</b>		
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	<b>5</b>	<b>22.781.582</b>	<b>15.633.430</b>		
Aplicações em operações compromissadas		20.042.356	14.127.411		
Aplicações em depósitos interfinanceiros		2.739.226	1.506.019		
<b>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>6 e 7</b>	<b>49.730.446</b>	<b>40.933.992</b>		
Carteira própria		24.570.711	26.576.755		
Vinculados a operações compromissadas		7.840.583	1.102.128		
Instrumentos financeiros derivativos		6.775.776	3.740.551		
Vinculados à prestação de garantias		10.543.374	9.514.558		
<b>Relações interfinanceiras</b>		<b>6.864.259</b>	<b>3.800.085</b>		
Créditos vinculados:					
Depósitos no Banco Central		6.864.232	3.800.062		
Correspondentes no país		27	23		
<b>Operações de crédito</b>	<b>8</b>	<b>12.679.676</b>	<b>12.552.871</b>		
Operações de crédito - setor privado	8.a	12.786.411	12.736.405		
(Provisão para perdas associadas ao risco de crédito)	8.f	(106.735)	(83.534)		
<b>Operações de arrendamento mercantil</b>	<b>8.a</b>	<b>21.583</b>	<b>52.867</b>		
Operações de arrendamento a receber - setor privado		22.724	53.316		
(Provisão para perdas associadas ao risco de crédito)	8.f	(1.141)	(449)		
<b>Outros ativos financeiros</b>		<b>36.646.959</b>	<b>26.084.019</b>		
Créditos por avais e fianças honrados	8.a	—	67.608		
Carteira de câmbio	9	23.840.350	17.537.047		
Negociação e intermediação de valores	10	434.055	366.881		
Outros créditos com característica de concessão de crédito	8.a	12.444.283	8.240.905		
(Provisão para perdas associadas ao risco de crédito)	8.f	(71.729)	(128.422)		
<b>Outros ativos</b>		<b>3.373.115</b>	<b>3.234.182</b>		
Rendas a receber	11	192.564	153.253		
Ativo fiscal corrente	12	89.423	168.583		
Ativo fiscal diferido	12	1.659.736	1.335.746		
Diversos	13	1.417.571	1.565.974		
Despesas antecipadas	14	13.821	10.626		
<b>Permanente</b>		<b>455.839</b>	<b>342.453</b>		
<b>Investimentos</b>	<b>15</b>	<b>4.558</b>	<b>4.436</b>		
Outros investimentos		10.538	10.416		
(Provisões para perdas)		(5.980)	(5.980)		
<b>Imobilizado de uso</b>	<b>16</b>	<b>275.623</b>			



# Conglomerado Financeiro Citibank Brasil

CNPJ nº 33.479.023/0001-80

www.citi.com.br

continuação

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

Periodicamente, são efetuadas liquidações financeiras dos valores a pagar ou a receber entre as referidas entidades.

### n) Permanente

#### i. Investimentos

As participações em coligadas e controladas estão avaliadas pelo método de equivalência patrimonial pelo método de custo, dependendo da relevância do investimento.

Os outros investimentos são compostos, basicamente, por: Ações de empresa de liquidação e custódia vinculadas à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, mantidas a custo original e;

Outros investimentos, avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda, quando aplicável.

#### ii. Imobilizado de uso e imobilizado de arrendamento

Até dezembro de 2016, foi imobilizado e registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais de 10% para móveis, utensílios, instalações e sistemas de segurança, 20% para sistema de processamento de dados e veículos e 4% para edificações.

A partir de janeiro de 2017, atendendo à Resolução nº 4.535 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 24 de novembro de 2016, os novos imobilizados serão reconhecidos pelo valor de custo, que compreende, o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponderá ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil o período de tempo durante o qual o Conglomerado espera utilizar o ativo.

O imobilizado de arrendamento foi reclassificado para a rubrica de "Operações de arrendamento mercantil". O imobilizado das operações regidas pela Portaria nº 140/1984, do Ministério da Fazenda, está reduzido pelo valor da depreciação calculada às taxas previstas pela legislação fiscal, aceleradas em 30%, quando aplicável. Adicionalmente, o imobilizado de arrendamento inclui o ajuste referente à superveniência ou insuficiência de depreciação.

#### iii. Intangível

O ativo intangível é composto por:

Aquisição e desenvolvimento de softwares registrados pelo custo de aquisição ou formação, amortizados pelo método linear utilizando-se a taxa anual de 20%, contabilizados a partir de 1º de outubro de 2008.

A partir de janeiro de 2017, atendendo à Resolução nº 4.534 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 24 de novembro de 2016, os novos ativos intangíveis serão reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição ou o custo de desenvolvimento à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis, e demais custos diretamente atribuíveis necessários para a preparação do ativo para a finalidade proposta. A amortização será reconhecida mensalmente, ao longo da vida útil estimada do ativo, em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil o período de tempo durante o qual o Conglomerado espera utilizar o ativo. Os ativos intangíveis caracterizados como de vida útil indefinida não são amortizáveis.

Além da amortização, os valores são submetidos a revisões periódicas de testes de impairment conforme descrito na nota 3.n.

#### n) Redução do valor recuperável de ativos (impairment)

O Conselho Monetário Nacional - CMN emitiu em 29 de maio de 2008 a Resolução nº 3.566, com efeito a partir de 1º de julho de 2008, aprovando a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (impairment), estabelecendo os seguintes critérios: Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados anualmente para a verificação de impairment e/ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável; e

Uma perda por impairment ocorre quando o valor líquido contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado.

#### o) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridas.

#### p) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Os ativos e passivos contingentes e obrigações legais são avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução nº 3.823 de 16 de dezembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que aprovou a utilização do Pronunciamento Técnico CPC 25 e Carta Circular nº 3.429 de 11 de fevereiro de 2010 do Bacen.

#### i. Ativos e passivos contingentes

Representados por direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. Os ativos contingentes, exceto quando há existência de evidências que assegurem sua realização. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas.

**Passivos contingentes** - Basicamente, decorrem de processos judiciais e administrativos inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Conforme define o CPC 25, as contingências são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas em notas explicativas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. A análise e classificação das provisões prováveis é realizada com base na avaliação de assessores jurídicos e da Administração.

As reservas trabalhistas são calculadas para todos os funcionários cujo contrato de trabalho foi encerrado voluntária ou involuntariamente conforme o prazo prescrito na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT (2 anos), pois o Conglomerado espera uma possível saída de recursos. Quando o funcionário aciona a Justiça do Trabalho, a provisão passa a seguir o critério descrito abaixo:

As ações cíveis e trabalhistas são classificadas como massificadas, relevantes ou significantes, dependendo do valor do pedido.

As ações cíveis com pedidos inferiores a R\$ 300 e as trabalhistas com valores inferiores a R\$ 500 são consideradas massificadas e são provisionadas mensalmente por meio de um ticket médio, que leva em consideração a média de perda histórica dos casos encerrados nos últimos 18 meses (calculados anualmente), acrescidas dos juros desde a data de ajuizamento/citação.

As ações trabalhistas com pedidos entre R\$ 500 e R\$ 10.000 são consideradas relevantes e provisionadas por meio de um índice percentual aplicado sobre o valor do pedido. O referido índice é calculado de acordo com a média de perda histórica dos processos encerrados nos últimos 18 meses (calculados anualmente), levando em consideração o ganho de causas, bem como o volume e valores pagos em causas que tiveram acordos antes da sentença ou condenações e acordos pós sentença, adicionado do valor de risco existente das causas em aberto.

As ações cíveis com pedidos superiores a R\$ 300 são consideradas relevantes e as trabalhistas com valores superiores a R\$ 10.000 são consideradas significantes. Tais ações são provisionadas de acordo com uma avaliação individual de risco, cujo prognóstico de perda seja provável. Esta é efetuada com base no julgamento dos advogados internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica da empresa. Esse é um exercício subjetivo, sujeito a incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, sobre maneira acerca de matéria jurídica. Como tal, é entendido que as avaliações serão sujeitas à revisão frequente e a eventuais alterações.

Excepcionalmente, devido aos efeitos da pandemia, como a paralisação total ou parcial dos tribunais, observou-se uma redução no volume de causas novas e encerradas, o que causou um aumento significativo no índice percentual de relevantes, impulsionado pela falta de novos casos que impediram bons acordos. Desta forma, para a área de Corporate Bank, o período de causas encerradas utilizado no cálculo foi estendido de 18 para 30 meses.

As ações fiscais e previdenciárias são representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial. São constituídas pelo valor integral em discussão, independentemente da avaliação dos consultores legais e da Administração.

As ações são quantificadas quando do recebimento da notificação dos processos administrativos, com base nos valores destes, atualizados mensalmente.

As ações cíveis, trabalhistas, fiscais e previdenciárias estão registradas na rubrica contábil "Provisões".

#### q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado a alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 (R\$ 120 no semestre). A partir de 1º de janeiro de 2019, de acordo com o artigo 3º, Inciso I, Lei nº 13.169/2015, a instituição financeira passou a calcular a CSLL à alíquota de 15%, em razão da mudança na legislação. Por meio da promulgação da Medida Provisória 1.034/2021, posteriormente convertida na Lei nº 14.183/2021 - E, majorada para 25% a alíquota da CSLL para bancos e para 20% para distribuidoras e corretoras. A alíquota majorada foi válida de 1º de julho de 2021 e vigorou até 31 de dezembro de 2021, retornando para alíquota anterior a partir de janeiro de 2022.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das Demonstrações Financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 4.842, de 30 de julho de 2020, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que determinam que o Conglomerado deve efetuar o registro contábil de ativos fiscais decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, quando atender cumulativamente as seguintes condições: i. Expectativa de geração de lucros ou de receitas tributáveis futuras para fins de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do ativo fiscal diferido no prazo máximo de dez anos; e

ii. Apresente histórico de lucros ou de receitas tributáveis para fins de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, conforme o caso, comprovado pela ocorrência dessas situações em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, incluído o exercício em referência.

Os créditos tributários são mensurados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço aplicadas sobre o montante das diferenças temporárias.

#### r) Plano de incentivos com base em ações

O Conglomerado participa de planos de incentivos com base em ações do Citigroup Inc., representado pelos seguintes programas:

• CAP (Capital Accumulation Program), que oferece ações aos funcionários, com base no Acordo de Participação de Aliadas em Planos de Ações (Stock Plans Affiliate Participation Agreement - SPAPA) em que o Conglomerado efetua remessa de câmbio ao Citigroup pelo preço de mercado da ação na data de transferência dos recursos.

O CAP é um programa com liquidação em instrumento financeiro, com contabilização das respectivas obrigações de efetuar pagamentos ao Citigroup Inc.. É reconhecido o valor justo dos prêmios na data de concessão como uma despesa de remuneração durante o período de aquisição, com um crédito correspondente na provisão. Todos os valores pagos ao Citigroup Inc. e as respectivas obrigações segundo o SPAPA são reconhecidos no resultado ao longo do período de aquisição.

#### s) Benefícios pós-emprego

O Conglomerado participa de plano de benefício de aposentadoria suplementar de contribuição definida. A despesa no resultado representa as contribuições pagas em relação ao serviço prestado pelos funcionários durante o ano. O Conglomerado também participa de plano de benefício de aposentadoria e plano de assistência à saúde para aposentados de benefício definido onde não há participação do funcionário em seu custo. Para seus planos de benefício definido, a obrigação reconhecida no balanço representa o cálculo atuarial do valor presente da obrigação relativa a benefícios definidos na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, juntamente com ajustes referentes ao custo do serviço passado.

A obrigação relativa a benefícios definidos é calculada semestralmente por atuações independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas de caixa estimadas futuras, utilizando taxas de juros de títulos do governo denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento similares aos prazos da respectiva obrigação previdenciária. Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. Os custos do serviço corrente e passado, as despesas de juros e o retorno esperado sobre os ativos são reconhecidos na demonstração do resultado.

Será reconhecido um excedente no balanço quando houver um benefício econômico disponível ao Conglomerado como redução nas contribuições futuras ou como reembolso de verbas para a empresa (regra do teto do ativo - asset ceiling).

O Banco Central publicou em 23 de dezembro de 2020 a Resolução nº 4.877, do Conselho Monetário Nacional - CMN, referendando o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Para o plano de assistência à saúde para aposentados, essa Resolução não trouxe impactos no balanço patrimonial do Conglomerado em função da adoção antecipada do CPC 33, considerando

que este plano estava deficitário.

Os benefícios pós-emprego relacionados a complemento de aposentadoria na modalidade contribuição definida e prestação de serviços assistenciais, na modalidade benefício definido, de responsabilidade do patrocinador, foram avaliados e mesmo sendo superavaliados, a aplicação da regra gerou um impacto na linha de outros resultados abrangentes, lucros acumulados e resultado decorrente da contabilização do custo do benefício definido considerando premissas atuariais. Não houve impacto em ativos e passivos, dada a observância da regra do asset ceiling.

#### i. Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo, inclusive Participação nos Lucros e Resultados, para os empregados atuais são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados.

#### t) Uso de estimativas

A elaboração das Demonstrações Financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas na determinação de valores de ativos, passivos, receitas, despesas e outras transações, tais como: provisão para perdas associadas ao risco de crédito, imposto de renda diferido ativo, provisão para contingências, valorização a mercado de determinados títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos disponíveis para venda. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua.

A constituição de provisão para operações de crédito considera a expectativa de não recebimento futuro correlacionada às expectativas macroeconômicas. Isso inclui as expectativas de deterioração que podem ser causadas pela COVID-19.

#### u) Resultados recorrentes e não recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. De acordo com os critérios internos de avaliação, define-se como resultado não corrente do período, o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos períodos futuros. O resultado recorrente por sua vez corresponde às atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos períodos futuros. A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão apresentados na nota explicativa 34.d.

## 4 Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Reservas livres	1.381	784
Disponibilidades em moeda nacional	3.257	2.579
Disponibilidades em moedas estrangeiras	1.145.799	1.452.024
Aplicações temporárias em ouro	1.047	655
Aplicações em operações compromissadas - posição bancada	10.788.623	8.052.719
<b>Total</b>	<b>11.940.107</b>	<b>9.508.761</b>

## 5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2021	2020
Até 3 meses		
De 3 a 12 meses		
Acima de 1 ano		
<b>Total</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>

	2021	2020
<b>Aplicações em operações compromissadas</b>	<b>20.042.356</b>	<b>-</b>
<b>Posição bancada</b>	<b>10.788.623</b>	<b>-</b>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	32.026	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	4.868.282	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	5.888.315	-
<b>Posição financiada</b>	<b>6.006.561</b>	<b>1.386.456</b>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	5.849.990	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	156.571	-
<b>Posição vendida</b>	<b>3.247.172</b>	<b>2.494.340</b>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.328.256	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.918.916	-
<b>Aplicações em depósitos interfinanceiros</b>	<b>63.054</b>	<b>2.241.965</b>
Certificados de depósitos interfinanceiros	1.363.054	2.241.965
<b>Total</b>	<b>20.105.416</b>	<b>2.241.965</b>

## 6 Títulos e valores mobiliários

### a) Títulos para negociação

Os títulos classificados nesta categoria são considerados como circulante, independente do seu prazo de vencimento. O custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação estavam assim apresentados:

	2021		2020	
	Custo	Valor de mercado	Custo	Valor de mercado
<b>Títulos para Negociação</b>	<b>9.715.812</b>	<b>9.724.030</b>	<b>14.390.652</b>	<b>14.515.483</b>
<b>Carteira própria</b>	<b>1.654.335</b>	<b>1.575.844</b>	<b>6.931.334</b>	<b>6.954.220</b>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.007.359	1.007.340	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	3.168.251	3.185.844	5.901.504	6.004.671
Ações de companhias abertas	19.210	19.210	45.334	45.334
Títulos soberanos no exterior	105.620	105.620	29.973	29.973
Debêntures	251.037	248.172	1.425.809	1.424.681
<b>Vinculado a compromissos de recompra</b>	<b>901.286</b>	<b>901.201</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	901.286	901.201	-	-
<b>Vinculado à prestação de garantias</b>	<b>1.650.571</b>	<b>1.654.684</b>	<b>1.192.547</b>	<b>1.193.791</b>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.650.571	1.654.684	1.192.547	1.193.791
<b>Total</b>	<b>12.267.669</b>	<b>12.279.915</b>	<b>15.583.199</b>	<b>15.709.274</b>

	2021	2020
<b>Títulos para Negociação</b>	<b>124.830</b>	<b>2.105.108</b>
<b>Abertura por Vencimento</b>	<b>2.105.108</b>	<b>2.105.108</b>
<b>Carteira própria</b>	<b>1.650.571</b>	<b>1.654.684</b>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-
Ações de companhias abertas	19.210	-
Ações recebidas por empréstimos	105.620	-
Debêntures	-	-
<b>Vinculado a compromissos de recompra</b>	<b>901.201</b>	<b>-</b>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-
<b>Vinculado à prestação de garantias</b>	<b>-</b>	<b>431.171</b>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-
<b>Total</b>	<b>124.830</b>	<b>2.105.108</b>

**b) Títulos disponíveis para venda**  
O custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos, e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda estavam assim apresentados:

	2021		2020	
	Custo	Valor de mercado	Custo	Valor de mercado
<b>Títulos Disponíveis para Venda</b>	<b>14.939.404</b>	<b>14.846.681</b>	<b>11.955.932</b>	<b>12.061.272</b>
<b>Carteira própria</b>	<b>14.939.404</b>	<b>14.846.681</b>	<b>11.955.932</b>	<b>12.061.272</b>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	4.357.228	4.356.548	460.506	459.886
Letras do Tesouro Nacional - LTN	6.541.868	6.441.683	8.690.680	8.785.100
Debêntures	2.932.162	2.940.691	2.387.081	2.355.228
Commercial Paper	406.408	406.021	71.867	70.280
Cotas de fundos de investimentos <sup>(10)</sup>	701.738	701.738	345.798	390.778
<b>Vinculado a compromissos de recompra</b>	<b>7.122.557</b>	<b>6.939.382</b>	<b>1.007.764</b>	<b>1.102.128</b>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	411.097	411.043	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	6.163.539	5.987.915	1.007.764	1.102.128
Debêntures	547.921	540.424	-	-
<b>Vinculados à prestação de garantias</b>	<b>9.353.988</b>	<b>8.888.690</b>	<b>8.108.354</b>	<b>8.320.767</b>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	8.194.164	7.729.808	6.590.677	6.628.776
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.049.934	1.048.992	1.427.677	1.587.028
Cotas de fundos de investimento <sup>(9)</sup>	109.890	109.890	90.000	104.963
<b>Total</b>	<b>31.415.949</b>	<b>30.674.753</b>	<b>21.072.050</b>	<b>21.484.167</b>

<sup>(10)</sup> A Distribuidora possui aplicação em cotas de fundos de investimento cuja carteira é composta por operações compromissadas, firmadas entre o Banco Citibank S.A. e o Fundo de Investimento Referenciado DI Londres.

<sup>(9)</sup> Trata-se de investimento em cotas sênior de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, cuja aquisição ocorreu em 28 de dezembro de 2020.

<sup>(8)</sup> Refere-se ao investimento no fundo destinado exclusivamente para atendimento de obrigações assumidas em operações realizadas e/ou registradas na B3. A totalidade de suas cotas é destinada ao atendimento de margem de garantia por parte dos cotistas, perante a B3.

### Títulos Disponíveis

	2021		2020	
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos
<b>Abertura por Vencimento</b>	<b>97.047</b>	<b>6.810.668</b>	<b>1.583.910</b>	<b>4.127.832</b>
<b>Carteira própria</b>	<b>97.047</b>	<b>6.810.668</b>	<b>1.583.910</b>	<b>4.127.832</b>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	2.454.120	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	4.356.548	1.563.538	2.424.025
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	1.016.055
Debêntures	-	-	20.372	385.649
Commercial paper	-	-	-	-
Cotas de fundos de investimentos	97.047	-		



# Conglomerado Financeiro Citibank Brasil

CNPJ nº 33.479.023/0001-80

www.citi.com.br

continuação

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

c) O quadro a seguir resume o valor referencial por prazo de vencimento, para os instrumentos financeiros derivativos.

	2021			2020		
	Vencimento			Total		
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 1 ano			
<b>Negociação</b>						
<b>Derivativos de taxa de juros</b>						
Contratos futuros						
Compromisso de compra	- 31.559.684	22.591.910	54.151.594	43.648.940		
Compromisso de venda	- 19.714.965	10.864.484	30.579.449	14.700.672		
Contratos a termo						
Compra	858.899	-	858.899	82.011		
Venda	221.165	-	221.165	304.221		
Opções						
Compra	26.061	-	179.230	205.291	587.941	
Venda	45.252	-	46.522	91.774	166.512	
Contratos de swaps	466.375	2.906.167	1.748.685	5.121.227	4.414.541	
<b>Derivativos de commodities</b>						
Opções						
Compra	21.482	-	-	21.482	1.157.709	
Venda	292.875	554.167	-	847.042	1.638.906	
Contratos de NDF	7.812.660	3.945.828	1.659.328	13.417.816	7.368.658	
Contratos de swaps	3.878.701	1.176.267	-	5.054.968	2.388.623	
<b>Derivativos cambiais</b>						
Opções						
Compra	730.631	1.570.649	1.040.802	3.342.082	5.117.864	
Venda	614.540	1.081.188	6.432.584	8.128.312	33.753.292	
Contratos de NDF	30.066.886	15.224.616	9.216.486	54.507.988	30.801.217	
Contratos de swaps	19.800.534	11.216.047	102.003.897	133.020.478	80.967.742	
<b>Derivativos de ação e índices de ações</b>						
Opções						
Compra	-	7.054	137.482	144.536	128.675	
Contratos de swaps	-	-	-	-	287.476	
<b>Total</b>	<b>64.836.061</b>	<b>88.956.632</b>	<b>155.921.410</b>	<b>309.714.103</b>	<b>227.515.000</b>	

d) O quadro a seguir resume o valor referencial e as respectivas exposições líquidas no balanço patrimonial para os instrumentos financeiros derivativos por contraparte.

	2021				2020			
	Exposição no balanço patrimonial				Exposição no balanço patrimonial			
	Valores referenciais dos contratos	Ativo atualizado	Passivo atualizado	Total	Valores referenciais dos contratos	Ativo atualizado	Passivo atualizado	Total
<b>Contratos futuros</b>	84.731.043	-	-	-	84.731.043	-	-	-
Pessoas jurídicas	84.731.043	-	-	-	84.731.043	-	-	-
<b>Contratos a termo</b>	1.080.064	-	-	(1.069.284)	1.080.064	-	-	(1,069,284)
Instituições financeiras - não ligadas	13.452	-	13.467	(13,466)	13,452	-	13,467	(13,466)
Pessoas jurídicas	1.066.612	-	1.056.542	(1,055,818)	1,066,612	-	1,056,542	(1,055,818)
<b>Opções</b>	12.780.519	225.414	209.766	(275,959)	12,780,519	225,414	209,766	(275,959)
Instituições financeiras - não ligadas	635.778	6.207	27.241	(78,803)	635,778	6,207	27,241	(78,803)
Outras entidades ligadas - exterior	3.471.937	86.563	45.356	(103,750)	3,471,937	86,563	45,356	(103,750)
Pessoas jurídicas	8.672.804	132.644	137.169	(93,406)	8,672,804	132,644	137,169	(93,406)
<b>Contratos de NDF</b>	67.925.804	685.263	2.079.760	(2,147,026)	67,925,804	685,263	2,079,760	(2,147,026)
Instituições financeiras - não ligadas	5.071	79	83	-	5,071	79	83	-
Outras entidades ligadas - exterior	6.723.224	186	171.688	-	6,723,224	186	171,688	-
Pessoas jurídicas	61.197.509	684.998	1.907.989	(1,028,079)	61,197,509	684,998	1,907,989	(1,028,079)
<b>Contratos de swaps</b>	143.196.673	2.161.439	3.416.243	(4,984,960)	143,196,673	2,161,439	3,416,243	(4,984,960)
Instituições financeiras - oficiais	1.205.775	710	8.618	1.335	1,205,775	710	8,618	1,335
Instituições financeiras - ligadas	854.079	29.682	29.682	(4,073)	854,079	29,682	29,682	(4,073)
Instituições financeiras - não ligadas	4.731.763	429.878	402.994	(337,514)	4,731,763	429,878	402,994	(337,514)
Outras entidades ligadas - exterior	23.602.612	89.342	229.547	(179,736)	23,602,612	89,342	229,547	(179,736)
Pessoas jurídicas	112.802.444	1.611.827	2.745.402	(4,464,972)	112,802,444	1,611,827	2,745,402	(4,464,972)
<b>Total</b>	<b>309.714.103</b>	<b>3.072.116</b>	<b>6.775.778</b>	<b>(6.288.998)</b>	<b>309,714,103</b>	<b>3,072,116</b>	<b>6,775,778</b>	<b>(6,288,998)</b>

b) Composição da carteira de crédito por nível de risco e setor econômico

Nível de Risco	31/12/2021					31/12/2020				
	Comércio	Indústria	Intermediários financeiros	Pessoas físicas	Rural	Outros Serviços	Total	Provisão Regulamentar	Provisão Adicional	Provisão Total
AA	2.641.820	9.300.022	92.507	7.584	29.026	1.952.326	13.970.778	(64.128)	(9.728)	(9.728)
A	3.352.595	7.255.038	972.968	51.754	57.064	1.136.231	12.825.648	(17.566)	(3.976)	(21.542)
B	272.975	1.339.709	89.643	-	-	4.830	1.756.569	(4.810)	(2.298)	(7.108)
C	83.322	71.108	-	-	1.023	4.884	160.337	(13.580)	-	(13.580)
D	49.111	68.626	-	-	-	18.066	135.803	(23.883)	-	(23.883)
E	-	-	-	-	-	79.608	79.608	(311)	-	(311)
F	-	-	-	-	-	622	622	(88)	-	(88)
G	-	-	-	-	-	125	125	(157,075)	-	(157,075)
H	-	-	-	-	-	42	42	(32,117)	-	(32,117)
<b>Total</b>	<b>6.403.783</b>	<b>18.062.593</b>	<b>1.070.235</b>	<b>80.780</b>	<b>62.917</b>	<b>3.281.299</b>	<b>28.961.607</b>	<b>(156.483)</b>	<b>(23.122)</b>	<b>(179.605)</b>

Nível de Risco	31/12/2020					31/12/2021				
	Comércio	Indústria	Intermediários financeiros	Pessoas físicas	Rural	Outros Serviços	Total	Provisão Regulamentar	Provisão Adicional	Provisão Total
AA	1.895.170	5.762.178	82.507	56.255	969.017	8.765.127	13.970.778	(64.128)	(9.728)	(72,803)
A	2.311.788	5.279.891	1.084.724	23.910	56.478	1.280.008	10.016.779	(50,084)	(7.789)	(57,873)
B	220.730	2.673.250	9	-	-	274.543	3.168.532	(31,685)	(5,447)	(37,132)
C	251.725	103.641	131.722	-	-	61.887	548.975	(16,469)	(1,813)	(18,282)
D	85.479	261.754	208	-	-	9.350	356.791	(35,679)	-	(35,679)
E	178	93	-	-	-	-	271	(81)	-	(81)
F	-	25	-	-	-	-	25	(13)	-	(13)
G	206	15	-	-	-	6	227	(159)	-	(159)
H	138	68.033	-	-	-	88.903	157.074	(157,075)	-	(157,075)
<b>Total</b>	<b>4.765.394</b>	<b>14.148.880</b>	<b>1.299.170</b>	<b>80.165</b>	<b>56.478</b>	<b>2.663.714</b>	<b>23.013.801</b>	<b>(291.245)</b>	<b>(21.160)</b>	<b>(312.405)</b>

(1) Refere-se, principalmente, à carteira de recebíveis cujo risco está associado exclusivamente à empresa cedente.

c) Composição da carteira de crédito por nível de risco

Nível de Risco	Saldo da carteira				Saldo da provisão			
	Curso Normal	Vencidos > 14 dias	Total da Carteira	%	Nível de Provisão	Curso Normal	Vencidos > 14 dias	Total
AA	13.970.778	-	13.970.778	48,24%	0,00%	-	-	(9.728)
A	12.825.648	-	12.825.648	44,29%	0,50%	(64.128)	(7.120)	(71.248)
B	1.756.320	249	1.756.569	6,07%	1,00%	(17.566)	(3.976)	(21.542)
C	160.197	140	160.337	0,55%	3,00%	(4.806)	(4.810)	(9.616)
D	135.712	91	135.803	0,47%	10,00%	(13.571)	(9)	(13.580)
E	79.592	16	79.608	0,27%	30,00%	(23.878)	(5)	(23.883)
F	617	5	622	-	50,00%	(309)	(2)	(311)
G	115	10	125	-	70,00%	(81)	(7)	(88)
H	28.095	6.022	32.117	0,11%	100,00%	(26.095)	(6.022)	(32.117)
<b>Total</b>	<b>28.955.074</b>	<b>6.533</b>	<b>28.961.607</b>	<b>100,00%</b>	<b>(150.431)</b>	<b>(6.052)</b>	<b>(23.122)</b>	<b>(179.605)</b>

Nível de Risco	Saldo da carteira				Saldo da provisão			
	Curso Normal	Vencidos > 14 dias	Total da Carteira	%	Nível de Provisão	Curso Normal	Vencidos > 14 dias	Total
AA	8.765.127	-	8.765.127	38,08%	0,00%	-	-	(6.111)
A	10.016.779	-	10.016.779	43,53%	0,50%	(50.084)	(7.789)	(57,873)
B	3.168.452	80	3.168.532	13,77%	1,00%	(31.685)	(5,447)	(37,132)
C	548.493	482	548.975	2,39%	3,00%	(16.455)	(1,813)	(18,282)
D	356.691	100	356.791	1,55%	10,00%	(35.679)	(10)	(35,679)
E	271	-	271	-	30,00%	(81)	-	(81)
F	25	-	25	-	50,00%	(12)	-	(12)
G	197	30	227	-	70,00%	(138)	(21)	(159)
H	650	156.424	157.074	0,68%	100,00%	(650)	(156.425)	(157,075)
<b>Total</b>	<b>22.856.685</b>	<b>157.116</b>	<b>23.013.801</b>	<b>100,00%</b>	<b>(134.774)</b>	<b>(156.471)</b>	<b>(291.245)</b>	<b>(312.405)</b>

d) Composição da carteira de crédito por prazo de vencimento

	2021	2020
Vencidas há mais de 14 dias	6.753	157.116
A vencer até 90 dias	14.374.789	9.651.902
De 91 a 360 dias	8.894.003	8.169.568
Acima de 360 dias	5.686.062	5.035.215
<b>Total</b>	<b>28.961.607</b>	<b>23.013.801</b>

e) Composição da carteira de crédito por concentração

	2021	2020
10 maiores devedores	8.270.391	28,55%
20 seguintes maiores devedores	6.464.640	22,32%
50 seguintes maiores devedores	6.194.727	21,39%
100 seguintes maiores devedores	4.435.584	15,32%
Demais clientes	3.966.265	13,83%
<b>Total</b>	<b>28.961.607</b>	<b>100,00%</b>

f) Movimentações à conta de provisão para perdas associadas ao risco de crédito

Crédito com características de concessão de crédito	Exercícios	
	2021	2020
Saldo Inicial	(312.405)	(302.751)
Constituições líquidas de reversões	65.188	(228.907)
Créditos baixados como prejuízo	67.612	219.253
<b>Saldo final</b>	<b>(179.605)</b>	<b>(312.405)</b>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o Conglomerado registrou constituições líquidas de reversão com provisão para perdas associadas à garantias prestadas de R\$ 89.396 (2020 - R\$ 111.509), conforme nota 34a.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o Conglomerado efetuou renovações de créditos no montante de R\$ 4.483.165 (2020 - R\$ 4.052.918), renovações de créditos de R\$ 84.902 (2020 - R\$ 85.541) e recuperações de créditos baixados para prejuízo no montante de R\$ 147.418 (2020 - R\$ 3.443).

g) Composição do resultado de operações de crédito

	2º Semestre		Exercícios	



# Conglomerado Financeiro Citibank Brasil

CNPJ nº 33.479.023/0001-80

continuação

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

### 14 Despesas antecipadas

	2021		2020	
	Circulante	Circulante	Circulante	Circulante
Tecnologia	100	272	328	592
Comissões pagas	13.393	9.762	13.393	9.762
Outras	13.821	10.626	13.821	10.626
<b>Total</b>				

### 15 Investimentos

	2021		2020	
	Circulante	Circulante	Circulante	Circulante
Quotas da Câmara Interbancária de Pagamentos - CIP	1.047	1.047	1.047	1.047
Participação na empresa Central de Registros de Títulos e Ativos - CERTA	1.275	1.152	1.275	1.152
STI/Galgo - Sistemas de Informações Padronizadas do Mercado de Capitais	7.833	7.833	7.833	7.833
(Provisões para perdas) - STI/Galgo	(5.980)	(5.980)	(5.980)	(5.980)
Outras	383	384	383	384
<b>Total</b>	<b>4.558</b>	<b>4.436</b>	<b>4.558</b>	<b>4.436</b>

### 16 Imobilizado de uso

	2021			2020		
	Depreciação acumulada	Valor residual	Valor	Depreciação acumulada	Valor residual	Valor
	Custo	Custo	Custo	Custo	Custo	Custo
Móveis e equipamentos de uso	179.233 (93.320)	85.913	145.519	179.233 (93.320)	85.913	145.519
Imobilizações em curso	28.229	28.229	58.440	28.229	28.229	58.440
Imóveis de uso	45.036 (37.616)	7.420	37.999	45.036 (37.616)	7.420	37.999
Terenos	28.617	28.617	28.617	28.617	28.617	28.617
Instalações	227.235 (102.342)	124.893	133.495	227.235 (102.342)	124.893	133.495
Sistemas de transporte	1.032 (481)	551	1.465	1.032 (481)	551	1.465
<b>Total</b>	<b>509.382 (233.759)</b>	<b>275.623</b>	<b>405.535</b>	<b>509.382 (233.759)</b>	<b>275.623</b>	<b>405.535</b>

### 17 Intangível

	2021			2020		
	Depreciação acumulada	Valor residual	Valor	Depreciação acumulada	Valor residual	Valor
	Custo	Custo	Custo	Custo	Custo	Custo
Desenvolvimento de software	376.329 (200.671)	175.658	344.367	376.329 (200.671)	175.658	344.367
<b>Total</b>	<b>376.329 (200.671)</b>	<b>175.658</b>	<b>344.367</b>	<b>376.329 (200.671)</b>	<b>175.658</b>	<b>344.367</b>

### 18 Depósitos

	2021						2020					
	Sem vencimento		Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total		Total		Total	
Depósitos à vista	10.715.949	—	—	—	—	—	10.715.949	9.108.941	—	—	—	—
Depósitos	—	40.346	—	11.034	—	6.921	58.301	42.952	—	—	—	—
interfinanceiros	—	29.585.073	6.401.443	119.226	—	36.105.742	23.858.573	23.858.573	—	—	—	—
Depósitos a prazo	10.715.949	29.625.419	6.401.443	130.260	6.921	46.879.992	32.810.466	32.810.466	—	—	—	—

### 19 Captações no mercado aberto

	2021		2020	
	Até 1 ano	Total	Até 1 ano	Total
<b>Carteira própria</b>	<b>2.964.990</b>	<b>2.964.990</b>	<b>2.964.990</b>	<b>2.964.990</b>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.424.704	2.424.704	2.424.704	2.424.704
Debêntures	540.286	540.286	—	—
<b>Carteira de terceiros</b>	<b>161.000</b>	<b>161.000</b>	<b>598.188</b>	<b>598.188</b>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	161.000	161.000	598.188	598.188
<b>Carteira de livre movimentação</b>	<b>3.275.519</b>	<b>3.275.519</b>	<b>2.601.832</b>	<b>2.601.832</b>
<b>Total</b>	<b>6.401.509</b>	<b>6.401.509</b>	<b>4.260.496</b>	<b>4.260.496</b>

b) Os valores líquidos dos ganhos e perdas com captações no mercado aberto registrados em contas de resultado estão demonstrados a seguir:

	2º Semestre 2021		Exercícios 2020	
	2021	2021	2020	2020
Contratos	—	—	—	—
Depósitos a prazo	(881.640)	(1.156.577)	(419.091)	(419.091)
Captações no mercado aberto	(281.924)	(401.158)	(390.961)	(390.961)
Depósitos interfinanceiros	(5.803)	(6.226)	(1.858)	(1.858)
Bonds <sup>(1)</sup>	—	(138.015)	(1.052.692)	(1.052.692)
Letras financeiras	(124.452)	(129.925)	(6.692)	(6.692)
LCA	—	—	(331)	(331)
FGC	(26.660)	(47.880)	(31.063)	(31.063)
Certificados de operações estruturadas	(10.939)	(18.960)	(23.913)	(23.913)
<b>Total</b>	<b>(1.331.418)</b>	<b>(1.898.741)</b>	<b>(1.926.601)</b>	<b>(1.926.601)</b>

<sup>(1)</sup> A variação no comparativo com o período anterior refere-se principalmente aos efeitos de variação cambial.

### 20 Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses referem-se à captação de recursos para aplicação ou repasse no mercado local. Essas obrigações estão sujeitas à variação cambial, quando aplicável, e à taxa de juros que variam de 0,09% a 5,11% ao ano (2020 - de 0,26% a 5,16% ao ano).

#### a) Obrigações por empréstimos

	2021				2020			
	Até 3 meses		De 3 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total		Total	
No exterior	15.010.146	1.915.829	469.437	17.395.412	15.467.446	15.467.446	—	—
<b>Total</b>	<b>15.010.146</b>	<b>1.915.829</b>	<b>469.437</b>	<b>17.395.412</b>	<b>15.467.446</b>	<b>15.467.446</b>	<b>—</b>	<b>—</b>

#### b) Obrigações por repasses

	2021				2020			
	Até 3 meses		De 3 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total		Total	
No país	—	—	—	—	—	5.468	—	—
BNDES	—	—	—	—	—	21	—	—
FINAME	—	—	—	—	—	253	—	—
Outras instituições	—	—	—	—	—	5.194	—	—
No exterior	496.555	886.089	3.628.084	5.010.728	4.168.338	4.168.338	—	—
<b>Total</b>	<b>496.555</b>	<b>886.089</b>	<b>3.628.084</b>	<b>5.010.728</b>	<b>4.168.338</b>	<b>4.168.338</b>	<b>—</b>	<b>—</b>

c) Os valores líquidos dos ganhos e perdas com obrigações por empréstimos e repasses registrados em contas de resultado estão demonstrados a seguir:

	2º Semestre 2021		Exercícios 2020	
	2021	2021	2020	2020
Contratos	—	—	—	—
Empréstimo no exterior	(431.677)	(456.747)	(1.105.826)	(1.105.826)
Repasses no país	(3.587)	(4.003)	(4.840)	(4.840)
Repasses no exterior <sup>(1)</sup>	(557.335)	(413.984)	(1.196.298)	(1.196.298)
<b>Total</b>	<b>(992.599)</b>	<b>(874.734)</b>	<b>(2.306.964)</b>	<b>(2.306.964)</b>

<sup>(1)</sup> Refere-se principalmente aos efeitos de variação cambial ocorrida na posição dos instrumentos.

### 21 Outros passivos - Sociais e estatutárias

Sociais e estatutárias referem-se, basicamente, a provisão de dividendos e juros sobre capital próprio no montante de R\$ 482 (2020 - R\$ 285.454) e provisões para participação nos lucros no montante de R\$ 283.842 (2020 - R\$ 239.979), realizáveis no curto prazo.

### 22 Passivos fiscais

	2021				2020			
	Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
<b>Passivos fiscais corrente</b>								
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro	184.200	—	352.588	—	—	—	—	—
Provisão para impostos e contribuições a recolher	114.825	—	218.870	1.886	—	—	—	—
<b>Total</b>	<b>299.025</b>	<b>—</b>	<b>571.458</b>	<b>1.886</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>Passivos fiscais diferido</b>								
Provisão para impostos e contribuições diferidos <sup>(1)</sup>	260.996	101.308	180.159	—	—	—	—	—
<b>Total</b>	<b>560.021</b>	<b>101.308</b>	<b>751.617</b>	<b>1.886</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>

<sup>(1)</sup> Provisão para impostos e contribuições diferidos referem-se a passivos fiscais de imposto de renda e contribuição social decorrentes do ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação, títulos disponíveis para venda e dos instrumentos financeiros derivativos. Os passivos tributários registrados são constituídos às alíquotas vigentes nas datas dos balanços. Durante o período de 1º de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021 a C.SLL passou de 20% para 25% para Bancos e de 15% para 20% para Distribuidoras e Corretoras, retornando para alíquota anterior a partir de janeiro de 2022.

### 23 Provisões e outros passivos diversos

	2021				2020			
	Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
<b>Provisões</b>								
Provisão para contingências (nota 24.a)	142.673	1.020.453	193.527	797.571	142.673	1.020.453	193.527	797.571
Provisão para pagamentos a eletuar <sup>(1)</sup>	475.231	312.970	376.679	342.094	475.231	312.970	376.679	342.094
Provisão para garantias financeiras prestadas (nota 34.b)	62.297	13.682	60.454	104.928	62.297	13.682	60.454	104.928
Outras provisões	16.237	—	16.221	—	16.237	—	16.221	—
<b>Total</b>	<b>696.438</b>	<b>1.347.105</b>	<b>646.881</b>	<b>1.244.593</b>	<b>696.438</b>	<b>1.347.105</b>	<b>646.881</b>	<b>1.244.593</b>
<b>Outros passivos diversos</b>								
Credores diversos - Banco mandatário <sup>(2)</sup>	1.801.564	—	2.087.277	—	1.801.564	—	2.087.277	—
Valores a liquidar - Cartões de crédito <sup>(3)</sup>	4.195	—	1.310	—	4.195	—	1.310	—
Diversas <sup>(4)</sup>	287.088	12	468.767	12	287.088	12	468.767	12
<b>Total</b>	<b>2.092.847</b>	<b>12</b>	<b>2.557.354</b>	<b>12</b>	<b>2.092.847</b>	<b>12</b>	<b>2.557.354</b>	<b>12</b>

<sup>(1)</sup> Refere-se, principalmente, à provisão com despesas de pessoal de R\$ 327.202 (2020 - R\$ 273.112), passivo atuarial de plano de assistência médica de R\$ 261.596 (2020 - R\$ 288.310), provisão para pagamento de bônus, participação nos resultados dentre outros pagamentos de R\$ 199.403 (2020 - R\$ 157.352).

<sup>(2)</sup> Refere-se a saldo de posições de clientes por conta do exercício de mandato, outorgado por esses clientes ao Conglomerado, para administração de seus recursos, incluindo pagamentos e recebimentos.

<sup>(3)</sup> Refere-se substancialmente a valores a repassar aos adquirentes (empresas responsáveis pelo relacionamento com a rede de estabelecimentos de bens e serviços oriundos de transações realizadas pelos portadores de cartão de crédito).

<sup>(4)</sup> Refere-se, basicamente, a credores diversos no país e exterior no montante de R\$ 270.980 (2020 - R\$ 455.951).

### 24 Passivos contingentes e obrigações legais

O Conglomerado é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

#### a) Saldos patrimoniais das provisões para contingências

	2021				2020			
	Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
Provisão para contingências - Fiscais	121.410	143.469	124.245	136.424	121.410	143.469	124.245	136.424
Provisão para contingências - Trabalhistas	21.110	446.149	69.037	361.366	21.110	446.149	69.037	361.366
Provisão para contingências - Cíveis	145	427.835	245	299.781	145	427.835	245	299.781
<b>Total</b>	<b>142.673</b>	<b>1.020.453</b>	<b>193.527</b>	<b>797.571</b>	<b>142.673</b>	<b>1.020.453</b>	<b>193.527</b>	<b>797.571</b>

Em conformidade aos procedimentos previstos no Pronunciamento Técnico CPC 25, aprovado pela Resolução nº 3.823 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 16 de dezembro de 2009 e na Carta Circular nº 3.429 publicada pelo Banco Central do Brasil em 11 de fevereiro de 2010, o Conglomerado tem constituído provisão para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis, composta basicamente pelos seguintes casos:

**Fiscal - Exclusão ISS na base de cálculo PIS/COFINS - R\$ 3.209 (2020 - R\$ 2.276):** trata-se de Mandado de Segurança visando questionar a inclusão do ISS na base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como pleitear a restituição de valores recolhidos na atual sistemática. Processo sobrestado com decisão favorável à Entidade até o julgamento da repercussão geral do tema pelo STF.

**Fiscal - INSS Adicional de 2,5% - R\$ 121.523 (2020 - R\$ 119.960):** trata-se de processo onde se discute a legalidade e inconstitucionalidade da exigência de adicional de 2,5% para instituições financeiras na contribuição ao INSS. Houve homologação da desistência parcial no âmbito da Anistia Fiscal Lei nº 11.941/2009. Em dezembro de 2018 o Conglomerado protocolou nos autos do processo a desistência da parcela remanescente. Aguarda-se a apuração dos valores a serem convertidos em renda e dos valores que serão levantados pela Entidade.

**Fiscal - Seguro contra Acidente de Trabalho "SAT" - R\$ 131.168 (2020 - R\$ 129.959):** trata-se de ação ordinária pleiteando que seja reconhecida a inconstitucionalidade e ilegalidade das alterações perpetradas pelo Decreto nº 6.042/2007, onde foi majorada a alíquota do SAT de 1% para 3%. Aguardando decisão judicial de segunda instância.

**Cível - Ação indenizatória - R\$ 12.510 (2020 - R\$ 12.202):** ação em que o Autor pleiteia o pagamento da correção monetária integral no período de aplicação dos seus ativos financeiros. Julgada proced





# Conglomerado Financeiro Citibank Brasil

CNPJ nº 33.479.023/0001-80

www.citi.com.br

☆ continuação

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

### Choques Cenário II:

Carteira de Negociação			Carteira de Banking		
Fatores de Risco	Unidade	Choque	Fatores de Risco	Unidade	Choque
Taxa de juros nominais	bps	140	Taxa de juros nominais	bps	175
Cupom IPCA	bps	105	Cupom Dólar	bps	200
Cupom Dólar	bps	175	Taxa de juros de		
Taxa de juros de			outras moedas	bps	97
outras moedas	bps	48			
Moeda Estrangeira	%	12			

### Choques Cenário III:

Carteira de Negociação			Carteira de Banking		
Fatores de Risco	Unidade	Choque	Fatores de Risco	Unidade	Choque
Taxa de juros nominais	bps	(140)	Taxa de juros nominais	bps	(175)
Cupom IPCA	bps	(105)	Cupom Dólar	bps	(200)
Cupom Dólar	bps	(175)	Taxa de juros de		
Taxa de juros de			outras moedas	bps	(97)
outras moedas	bps	(48)			
Moeda Estrangeira	%	(12)			

### 35.4 Gerenciamento de risco de crédito

A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil instituiu, em abril de 2010, a estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito.

### A Diretoria

### Contadora

Camilla Cruz Oliveira de Souza - CRC: 1SP256989/O-0

### Comitê de Auditoria

#### Comitê de auditoria

Em atendimento à Resolução nº 3.198 do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Comitê de Auditoria do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil foi instituído em 30 de abril de 2014 por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do Banco Citibank S.A. (empresa líder) sendo composto, atualmente, por três membros da atual Diretoria do Banco.

De acordo com seu regulamento interno, destacam-se as seguintes atribuições exercidas pelo Comitê:

- avaliação e adequação das Demonstrações Financeiras, das empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, incluindo notas explicativas e parecer da auditoria independente;
- avaliação da efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa e o acompanhamento das recomendações de melhorias nos controles internos efetuadas pelas mesmas; e
- avaliação da efetividade dos controles internos, recomendando, sempre que julgado necessário, correções e aprimoramentos de políticas e práticas internas identificadas no âmbito de suas atribuições.

O Comitê reuniu-se formalmente por 10 vezes no período de 1º de janeiro de 2021 à 31 de dezembro de 2021, onde desenvolveu as seguintes atividades:

A estrutura de gerenciamento de risco está em linha com os princípios da Resolução nº 3.721 e faz parte do *Independent Risk Management* do Citigroup. O Conglomerado Prudencial Citibank Brasil segue manuais, políticas e procedimentos que regem risco de crédito em suas diferentes unidades de negócio. Cada unidade possui política de crédito a nível global, sendo complementada por guias e manuais desenvolvidos de forma a identificar, mensurar, controlar e mitigar as exposições aos riscos de crédito em níveis considerados aceitáveis pela Administração.

### 35.5 Gerenciamento de risco de liquidez

A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, esclarece que possui uma estrutura de gerenciamento de risco de liquidez, instruída por políticas internas e obedientes à regulação brasileira.

As políticas internas definem as responsabilidades, os procedimentos, as metodologias, a estrutura e as estratégias, segundo as diretrizes instituídas para controle de Risco de Liquidez Global do Citigroup.

A política de risco de liquidez é única e, portanto, aplicável para todo o Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, incluindo todas as suas subsidiárias, e estabelece uma padronização para definir, mensurar, limitar e reportar o risco de liquidez, garantindo consistência de bases e metodologias entre áreas e países e transparência nos relatórios de risco.

O plano de liquidez do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil é elaborado anualmente e aborda todas as questões estratégicas de liquidez requeridas pela Política de Risco de Liquidez, estabelecendo métricas, relatórios e limites, incluindo a segregação por moeda, risco *intraday* e o plano de contingência para situações extremas. Como parte do plano de liquidez, as premissas e simulações de cenários de *stress* são revisadas e aprovadas pela alta administração no Comitê de Ativos e Passivos - ALCO.

### 35.6 Gerenciamento de risco socioambiental e climático

A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, em linha com as Resoluções nº 4.327/14, nº 4.557/17 do Conselho Monetário Nacional e o Normativo SARB 14 (Sistema de Autorregulação Bancária), estabelece política interna, procedimentos e governança, sob supervisão do CRO, para gerenciamento de Risco Socioambiental e Climático, acompanhado das iniciativas e compromissos globais que a Organização assumiu para os temas ambientais, sociais e de governança que refletem as operações locais.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco socioambiental e climático consulte o site [www.citi.com.br](http://www.citi.com.br) (não auditado), através das opções: Sobre o Citi - Código de Conduta e Políticas - Responsabilidade Social, Ambiental e Climática.

Para maiores informações sobre os compromissos ambientais, sociais e governança do Citi consulte o site <https://www.citigroup.com/citi/about/esg> (não auditado).

### 35.7 Gerenciamento de riscos relevantes

O Conglomerado Prudencial Citibank Brasil possui um processo para identificação dos riscos relevantes, sendo que, a partir das diretrizes do grupo e riscos avaliados no planejamento estratégico o banco define o conjunto corporativo de riscos relevantes.

### 35.8. Relatório de gerenciamento de riscos e capital - Pilar 3

Este documento divulga informações qualitativas e quantitativas do gerenciamento de riscos e requerimentos de capital aplicáveis ao Conglomerado Prudencial Citibank Brasil.

a. Reuniu-se com representantes da Administração, com profissionais responsáveis pela contabilidade, com auditores internos e externos para discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes que possibilitassem a conclusão a respeito da adequação, integridade e conformidade das Demonstrações Financeiras às normas vigentes.

b. Revisou com a Auditoria Interna a avaliação de riscos e o resultado das auditorias realizadas. Efetuou o acompanhamento da implementação dos planos de ação propostos para endereçar os riscos identificados nos pontos de auditoria dentro dos prazos estabelecidos, bem como eventuais exceções. A Auditoria Interna do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil segue metodologia de trabalho estabelecida pela Matriz, sendo emitidos relatórios formais de auditoria para todos os trabalhos finalizados.

c. Acompanhou os trabalhos desenvolvidos pela área de Risco Operacional, em conformidade com as Resoluções nº 2.554/1998 e nº 4.557/2017, do Conselho Monetário Nacional - CMN, com o objetivo de avaliar e garantir o monitoramento e a efetividade dos sistemas e procedimentos de controles internos e gerenciamento integrado de riscos, respectivamente.

d. Em atendimento a Resolução nº 4.433/2015, do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Comitê de Auditoria analisou o relatório com dados quantitativos e qualitativos acerca das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil para o exercício de

2021, como parte do processo de observância das normas e regulamentos aos direitos do Consumidor e à eficiência da Ouvidoria.

Em sessão realizada em 25 de março de 2022, reuniu-se com representantes da KPMG Auditores Independentes, onde tomou conhecimento (i) do relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021; (ii) dos assuntos de destaque do semestre e exercício; e (iii) de outros assuntos relacionados aos trabalhos da auditoria externa.

Adicionalmente, nesta data, examinou e aprovou o Relatório de Atividades do Comitê de Auditoria e este resumo, relativos às atividades desenvolvidas no período.

Concluiu, com base nas documentações apresentadas, serem satisfatórios os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa, eficazes os sistemas e procedimentos de controles internos e recomendou à Diretoria do Banco Citibank S.A., empresa líder do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, a aprovação das Demonstrações Financeiras relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 25 de março de 2022

Comitê de Auditoria

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras combinadas

### Aos Administradores e à Diretoria do

### Conglomerado Financeiro Citibank Brasil

### São Paulo - SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil ("Conglomerado"), que compreendem o balanço patrimonial combinado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações combinadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras combinadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira combinada do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil em 31 de dezembro de 2021, o desempenho combinado de suas operações e os seus fluxos de caixa combinados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras combinadas". Somos independentes em relação ao Conglomerado, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras combinadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis combinadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### Provisões para perdas associadas ao risco de crédito

Ver notas explicativas 3h, 3j e 8 das demonstrações financeiras.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria	Como nossa auditoria endereçou esse assunto
Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3h, 3j e 8, para fins de mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, o Conglomerado classifica suas operações de crédito, que compreendem operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito, em nove níveis de risco ("ratings") de acordo com o julgamento do Conglomerado, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros previstos na Resolução CMN nº 2.682/1999, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo. O Conglomerado aplica, inicialmente, os percentuais de perda determinados pela referida Resolução para cada nível de risco para fins de mensuração da provisão, e a complementa, quando necessário, com base em metodologia interna (provisão adicional). A classificação das operações de crédito em níveis de risco, bem como os percentuais de perda relacionados a cada nível de risco, envolvem premissas e julgamentos do Conglomerado, baseados em suas metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para perdas associadas ao risco de crédito representa a melhor estimativa do Conglomerado quanto às perdas. Devido à relevância das operações de crédito e às incertezas inerentes à mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito em função da complexidade dos métodos e premissas utilizados, bem como do julgamento envolvido, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.	Avaliamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos chave relacionados à revisão e aprovação das políticas e modelos de risco, aos processos de aprovação, registro e atualização dos níveis de risco ("ratings") das operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito. Com base em amostragem, avaliamos a documentação cadastral, disponibilizada pelo Conglomerado, que suporta a definição e a revisão dos ratings dos clientes com base nas Políticas Internas de Crédito. Efetuamos (i) o recálculo da provisão para perdas associadas ao risco de crédito conforme percentuais de perda determinados para cada nível de risco e avaliamos se o Conglomerado atendeu aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, relacionados com a apuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito e (ii) o recálculo da provisão adicional, apurada com base em metodologia interna. Avaliamos ainda se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras, descritas nas notas explicativas nº 3h, 3j e 8 consideram as informações relevantes das normas aplicáveis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a avaliação da mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito e as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras combinadas tomadas em conjunto, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021.

### Mensuração e avaliação de instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários

Ver notas explicativas 3e, 3g, 6 e 7 das demonstrações financeiras.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria	Como nossa auditoria endereçou esse assunto
Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3e, 3g, 6 e 7, o Conglomerado possui operações com instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários classificados como títulos "para negociação" e "disponíveis para venda" (em conjunto "instrumentos financeiros") registrados a valor de mercado, conforme Circulares nº 3.068/2001 e nº 3.082/2002 do Banco Central	Avaliamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos chave relacionados aos processos de mensuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários e de revisão dos indicadores de evidência de perda do valor recuperável dos ativos financeiros classificados na categoria "Disponíveis para venda".

### Principais assuntos de auditoria

### Como nossa auditoria endereçou esse assunto

do Brasil. Para os instrumentos financeiros que não são ativamente negociados e que não possuem cotação de mercado disponível, a mensuração dos valores de mercado está sujeita a um nível maior de incerteza, na medida em que o Conglomerado efetua julgamentos na elaboração dos seus modelos internos e nas premissas utilizadas para estimar esses valores. Adicionalmente, os ativos financeiros classificados na categoria "Disponíveis para venda" são avaliados quanto a indicadores de evidência de perda permanente do valor recuperável, que também envolve um alto nível de julgamento em sua mensuração. Devido ao nível de incerteza e de julgamento envolvido consideramos a mensuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros e a avaliação de indicadores de evidência de perda do valor recuperável dos ativos financeiros classificados na categoria "Disponíveis para venda" como um assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.

Avaliamos ainda se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras, descritas nas notas explicativas nº 3e, 3g, 6 e 7 consideram as informações relevantes das normas aplicáveis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a mensuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros, a avaliação dos indicadores de perda do valor recuperável e as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras combinadas tomadas em conjunto, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021.

### Provisões para contingências e passivos contingentes

Ver notas explicativas 3p e 24 das demonstrações financeiras.

### Principais assuntos de auditoria

### Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3p e 24, o Conglomerado é parte passiva em processos judiciais e administrativos inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros em ações de natureza cíveis, trabalhistas e fiscais. Algumas leis, regulamentos e discussões judiciais no Brasil têm grau de complexidade elevado, portanto o reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões para contingências e dos passivos contingentes, relativos a processos relevantes, e/ou, em certos casos, aderência à leis e regulamentos requer julgamento profissional dos assessores jurídicos e do Conglomerado. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos no reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões para contingências e passivos contingentes relevantes consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Avaliamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos chave relacionados aos processos de mensuração e divulgação das provisões para contingências e passivos contingentes, bem como os respectivos valores envolvidos, com base nas avaliações dos advogados, os critérios utilizados na metodologia de mensuração dos valores provisionados, bem como os dados e informações históricas. Efetuamos ainda o recálculo da provisão para contingências trabalhistas relevantes considerando o comportamento histórico. Avaliamos a probabilidade de perda atribuída às contingências cíveis relevantes, bem como os respectivos valores envolvidos, com base nas avaliações dos advogados, e a documentação suporte para o racional considerado pelo Conglomerado na mensuração da provisão para contingências cíveis relevantes. Efetuamos ainda o recálculo da atualização monetária dos valores provisionados. Avaliamos a probabilidade de perda atribuída às contingências fiscais, bem como os respectivos valores envolvidos, com base nas avaliações dos advogados, e avaliamos a documentação suporte para o racional considerado pelo Conglomerado na mensuração da provisão relacionada aos principais assuntos fiscais envolvendo o Conglomerado, e recalculamos a atualização monetária dos valores provisionados. Avaliamos ainda se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras, descritas nas notas explicativas nº 3p e 24 consideram as informações relevantes das normas aplicáveis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável as provisões para contingências de natureza trabalhistas, cíveis e fiscal do Conglomerado e as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras combinadas tomadas em conjunto, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021.

### Outros assuntos

O Banco elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 28 de março de 2022.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras combinadas e o relatório dos auditores

A administração do Conglomerado é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras combinadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras combinadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras combinadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras combinadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras combinadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras combinadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras combinadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Conglomerado continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras combinadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Conglomerado ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Conglomerado são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras combinadas.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras combinadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras combinadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras combinadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Conglomerado.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Conglomerado. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar ao Conglomerado a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras combinadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras combinadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras combinadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis combinadas do semestre e exercício correntes e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de março de 2022



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP114428/O-6

Rodrigo de Mattos Lia  
Contador CRC 1SP254118/O-3

